



IDENTIDADE, CULTURA E INDÍGENAS: PERSPECTIVAS DE ESTUDO INTERDISCIPLINAR PARA O VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ

MIOLA, Ana Carolina Moreira

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, PPGCSA

anamiola@hotmail.com

ANTUNES, Alfredo Cesar

88

RESUMO

Este artigo se propõe a apresentar uma breve revisão de literatura que abarque questões de cultura, identidade e indígenas, com vistas a uma pesquisa interdisciplinar. Neste sentido, procura contemplar estudiosos de várias áreas do conhecimento, buscando pluralidade para estudo de possíveis objetos nestas áreas de estudo. O artigo sugere o desenvolvimento de uma pesquisa que desvende o Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, especificamente na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Os conceitos levantados podem ser considerados como ponto de partida para discussões que envolvam as questões indígenas e étnicas em diferentes pesquisas, que visem um olhar interdisciplinar nas mesmas.

Palavras-chave: Identidade. Cultura. Indígenas.

ABSTRACT

This article aims to present a brief literature review that covers issues of culture, identity and indigenous, in order to interdisciplinary research. In this sense, seeks to address scholars from various fields of knowledge, searching plurality of possible objects for study in these areas of study. The article suggests the development of a research that unveils the Vestibular of Indigenous Peoples of Paraná, specifically at the State University of Ponta Grossa. The concepts raised can be considered as a starting point for discussions involving indigenous and ethnic issues in different surveys, aiming an interdisciplinary at this.

Keywords: Identity. Culture. Indigenous.



1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país plural quanto às etnias presentes em seu território, sendo a formação da população brasileira resultante da mistura entre o negro (do continente africano), o branco (do continente europeu) e o indígena (povos nativos). Em relação ao povo indígena, segundo dados do IBGE Censo 2010, são cerca de 800 mil pessoas pelo território nacional, espalhados em 683 Terras Indígenas e que abarcam 180 línguas distintas. Ocupam 12% do território brasileiro. No Paraná, são 10.375 indivíduos, divididos em três povos: Guarani, Kaingang e Xetá (este último, os dados do IBGE mostram estarem extintos como povo, possuindo alguns indivíduos inseridos em outras terras indígenas). Segundo o Censo do IBGE 2010, apenas 0,42% da população se declararam índios, porém, estes possuem representatividade histórica e cultural.

As comunidades indígenas possuem demandas próprias. É válido ressaltar o processo de extermínio que sempre foi imposto aos indígenas, não apenas como etnias, mas em suas manifestações culturais e religiosas, de modo geral, por todo o país quando do convívio com os índios (de índios com não-índios). Desse modo, além da luta por sua sobrevivência como povo, enfrentaram/enfrentam uma desvalorização quanto às suas identidades. Para Santilli:

Durante séculos, a política oficial foi de extermínio, físico ou cultural, aos índios. Civilizar e evangelizar, tutelar enquanto isso, massacrar quando preciso. A superação da condição indígena foi um valor incutido nas comunidades indígenas e na própria sociedade nacional. Um complexo de inferioridade cultural ainda paira sobre os índios e afeta a própria auto-estima da cultura nacional. (SANTILLI, 2000, p.21)

Pensando em diferenças culturais, pensa-se que uma política de sucesso em determinada comunidade não necessariamente se aplica a outra, já que esta possui demandas próprias. No caso indígena, reconhecer diferenças, necessidades, lutas e demandas, vagarosamente fez com que o olhar do Estado se voltasse a estes.

Por exemplo, trazemos que desde a Constituição de 1988 a escola indígena é assegurada, como forma de os moradores das terras indígenas terem um ensino diferenciado e que os respeitasse, abordando suas línguas, costumes, história e cultura. Através da escola dentro das aldeias, o direito à educação é assegurado e facilitado, e



também, rompe com a dinâmica de que o mesmo modo de ensinar se aplica a todos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) corrobora com esta ideia, quando posto (Artigo 78 do Título VIII):

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Depois da educação básica obrigatória, poucos indígenas chegam ao ensino superior. Os motivos para isto vão desde qualidade do ensino recebido, dificuldades de acesso físico à Universidade, importância despendida a adquirir este conhecimento, até diferenças culturais. De acordo com o Ministério da Educação (MEC – 2011) haviam apenas 3540 indígenas matriculados no ensino superior público, de um total de 1.773.315. Isto dá uma média de um acadêmico índio para cada 500,9 demais alunos.

Estes dados exemplificam a pouca participação indígena dentro das Instituições de ensino superior. Considerando a baixa representatividade, foi criado pelo Estado do Paraná, em 2001 a Lei Estadual nº 13.134/2001, modificada pela Lei Estadual 14.995 de 2006 que no seu Art. 1º expõe:

Art. 1º. Em todos os processos de seleção para ingresso como aluno em curso superior ou nos chamados vestibulares, cada universidade instituída ou criada pelo Estado do Paraná deverá reservar 3 (três) vagas para serem disputadas exclusivamente entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses.

A partir disto, institui-se o “Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná”, realizado anualmente em conjunto com todas as instituições de ensino superior do Paraná – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).



O 1º Vestibular para indígenas aconteceu em 2001, em Guarapuava; desde então, são 13 vestibulares realizados, sendo que o último foi sediado na Universidade Estadual do Norte Pioneiro. Ele não funciona como ‘cota’, já que as vagas ofertadas são sobressalentes, ou seja, não são parte do todo.

Deste modo, o Vestibular dos Povos Indígenas é um processo ainda recente que está em constante aprimoramento, visando atender adequadamente seu público. O processo apresenta pontos a serem estudados, ainda, no que diz respeito à sua implantação como políticas públicas, mas também pensando nos sujeitos que participam deste processo, as experiências que estão vivenciando e como isto os atingem no sentido de pertencimento a comunidade indígena.

O acadêmico indígena não passa por problemas somente na dificuldade em entrar na Universidade e em relação às competências educacionais, mas também quanto a permanência nas cidades para prosseguir os estudos, enfrentando dificuldades financeiras. Outra característica presente nos indivíduos é o apego à família, sendo que devido a estes laços familiares a separação entre homem/mulher e seus filhos se torna uma questão delicada, o que desencadeia a intenção de sempre que o indivíduo sair de sua terra visar trazer mulher/marido e filhos juntamente. Cada instituição auxilia os estudantes de modo particular, o que também pode interferir na permanência dos mesmos em cada universidade.

Hoje, a UEPG totaliza 19 acadêmicos, quatro em cursos de licenciatura e 15 em cursos de bacharelados. Outro dado relevante que expressa dificuldades que passam os indígenas é de que apenas dois indivíduos na Universidade Estadual de Ponta Grossa concluíram a graduação, contando a utilização do tempo máximo para integralização do currículo. Os acadêmicos indígenas precisam cumprir frequência e média escolar assim como os demais estudantes, no entanto, podem solicitar maior tempo para conclusão do curso.

Deste modo, para compreender melhor os acadêmicos que ingressaram na instituição, se mostra evidente a necessidade de levantamento de dados a respeito do vestibular indígena, questões políticas envolvidas, realidade e posição da UEPG, bem como se deu seu ingresso (da instituição) no processo. Também é preciso conhecer dados sobre os índios que são acadêmicos na instituição, quais cursos estudam e o



motivo desta escolha, tempo de permanência na instituição, escolha do curso, possível auxílio financeiro e outras.

Estudar como o acadêmico indígena sai de sua terra e chega a universidade nos leva a observar as oportunidades que este teve durante sua vida - como, por exemplo, ser próximo à lideranças locais - e como e quando surgiu a vontade/necessidade de se aperfeiçoar academicamente. Este estudante carrega consigo vivências e histórias que o constituem e formam suas múltiplas identidades, que se fundem às perspectivas encontradas na nova realidade que se insere. Neste caso, considera-se uma prática cultural, incluindo rituais da vida cotidiana, instituições e práticas – a cultura vivida.

Durante a análise, há de se considerar que estes indivíduos passarão por mudanças. Estas mudanças, olhando especificamente para os indígenas que ingressaram por Vestibular Indígena na UEPG, possuem pontos de vista a serem explorados e estudados, principalmente em um estudo sociológico que volte seu olhar para os índios. Assim, a referida pesquisa tem relevância acadêmica ao estudar políticas afirmativas para indígenas no contexto específico da UEPG, analisando como os alunos ingressantes nesta instituição por meio desta oportunidade diferenciada, encontram uma nova realidade, que alteram diversos sentidos de pertencimento que perpassa a questão ‘índio’.

Os vestibulares são organizados pela Comissão Universidade para os índios, a CUIA. Os custos de realização do mesmo ficam por conta da Universidade que sedia o processo seletivo, sendo totalmente gratuito para os indígenas. A Reitoria de cada universidade elege três membros, que constituirão a CUIA juntamente com os demais eleitos. Compete à CUIA, de acordo com o Anexo da Resolução CA N° 262, de 30 de agosto de 2004:

- I - proceder a discussão, avaliação e propor a adequação dos instrumentos legais do processo seletivo a que se refere à Lei n° 13.134, de 18/04/2001, sobretudo a Relação Conjunta n° 035/2001;
- II – realizar integral e anualmente o processo seletivo específico e interinstitucional, elaborando e apresentando relatório conclusivo;
- III – acompanhar pedagogicamente os estudantes indígenas nas universidades nos seus respectivos colegiados de cursos;
- IV – avaliar sistematicamente o processo geral de inclusão e permanência dos estudantes indígenas nas universidades;
- V – elaborar e desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvendo os estudantes indígenas e suas respectivas comunidades;



VI – sensibilizar e envolver a comunidade acadêmica acerca da questão indígena,

VII – buscar diálogo, integração e parcerias interinstitucionais.

Vale a ressalva de que é realizado um único processo seletivo para todas as universidades e que somente indígenas do Paraná podem participar. A Universidade Federal do Paraná integra o vestibular indígena e aceita inscrições de índios de todo o Brasil, ofertando 10 vagas, sendo, portanto, outro processo seletivo, com critérios específicos e mais abrangente.

Quanto ao aporte financeiro destinado aos acadêmicos ingressantes no VPIP, o Governo Federal repassa ao Governo Estadual quantia anual para redistribuição entre as instituições de ensino. Atualmente, o repasse estadual por estudante é dado em forma de bolsa. Para os estudantes solteiros o valor é de R\$ 633 e para os casados, R\$ 949. É ofertado ainda, pela UEPG, custeio das refeições no Restaurante Universitário e transporte público municipal, para locomoção. Cada estudante deve, todo mês, assinar documento na PROGRAD para ter acesso a este dinheiro, que é depositado em contas bancárias criadas com este fim. Para que recebam as bolsas, o único critério observado é se a frequência da pessoa está dentro do estabelecido pelas normas da instituição, 75%. Ou seja, as notas acadêmicas não são critério para recebimento de bolsa e a frequência é buscada para que não seja repassado dinheiro para possíveis desistentes.

Em 2008 foi constituída, na UEPG, através da Resolução CA N° 436 de 17 de novembro que criou e instituiu a Comissão de Graduação para os índios da Universidade Estadual de Ponta Grossa – CIUEPG. Ela é constituída por três servidores da UEPG indicados pelo Reitor (os mesmos membros da CUIA designados pela instituição), um representante da Coordenação de Auxílio e Orientação ao Estudante – CAOAE, um representante do Conselho de Integração Universidade e Comunidade – CONINT e um representante do corpo discente, escolhido dentre os estudantes indígenas da UEPG. O repasse de bolsas e assinatura de termos de liberação de dinheiro são efetuados pelo representante do CAOAE, na PROGRAD.

Deste modo, entende-se que reconhecer diferenças e especificidades agregam ao estudo e que o olhar interdisciplinar permite analisar questões sob ângulos e pontos de



vista distintos. Estas diferenças de abordagem no objeto indígena permitiria pluralidade nos estudos e avanços em relação a trabalhos já realizados.

2. IDENTIDADE E CULTURA

Começando a abordagem pelo entendimento do que é cultura e pela escolha de seguir o entendimento de cultura da corrente dos Estudos Culturais, cujo conceito de cultura é importante e possui significado específico. Ao discorrer sobre cultura, o conceito envolve o espaço social e econômico dos sujeitos e as expressões culturais tomam formas materiais e simbólicas. A cultura não é dependente da questão econômica, mas sofre influência dela. Os estudos consideram uma prática cultural, incluindo rituais da vida cotidiana, instituições e práticas – a cultura vivida – e questionam a hierarquia dentro da cultura, com divisões entre alta e baixa, melhor e pior. No caso do estudo proposto, o desafio é, por meio do entendimento que os estudos culturais oferecem, compreender a cultura do povo indígena de modo mais amplo e agregador, que considerasse os vieses que perpassam suas vidas e cotidiano, entendendo a cultura como todo o contexto histórico que permeia o grupo.

Ainda, ressalta-se que não é porque tratamos de grupos minoritários que devemos concluir que os indivíduos devem buscar uma unificação em uma única identidade, sendo necessário considerar as nuances inerentes a qualquer sociedade.

Cabe dizer que a identidade não é um limitador. A noção de pertencimento aparece ao longo da vida do sujeito, que reconhece pontos convergentes entre si e um grupo. Em se tratando de indígenas, a identidade ‘índio’ é apenas uma das facetas do indivíduo, que não pode ser resumido a ela.

No caso de minorias indígenas, o desafio é conseguir além de manter sua cultura já hibridizada, renová-la, reavê-la na medida em que sentem esta necessidade, diferenciá-la e prever que dentro dos povos indígenas, o seu pertencimento à uma aldeia e/ou etnia é apenas uma das faces do sujeito.

Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. No caso da identidade étnica ela se afirma



“negando” a outra identidade, “etnocentricamente” por ela visualizada. (OLIVEIRA, 2007, p.120)

O VPIP é uma política pública, que como tal, se configura em um conjunto de ações que visa assegurar direitos e cidadania de determinados públicos. Para assegurar direitos constitucionais, o Estado intervém com projetos e ações específicas, visando esta garantia de direitos. No caso dos indígenas e do Paraná, o VPIP veio para preencher uma lacuna referente a esta não-representatividade no campo do ensino superior.

O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo. Um dos elementos importantes deste processo – hoje insistentemente incorporado na análise das políticas públicas – diz respeito aos fatores culturais, àqueles que historicamente vão construindo processos diferenciados de representações, de aceitação, de rejeição, de incorporação das conquistas sociais por parte de determinada sociedade. (HOFLING, p. 38, 2001)

Como os Estudos Culturais apontam, dentro de um grupo não há apenas submissão, mas também resistência, ou seja, por mais que haja mudanças, não é possível qualificá-la como melhor ou pior para o grupo, e sim, apenas como mudança, já que o que define cultura são as práticas construídas por quem nela está inserido. Escosteguy (2006, p. 143) afirma que “com a extensão do significado de cultura – de textos e representações para práticas vividas – considera-se em foco toda a produção de sentido”. Corroborando com as afirmações, Jhonson (2006, p.20) diz que os estudos culturais optam particularmente “no esforço para retirar o estudo da cultura do domínio pouco igualitário e democrático das formas de julgamento e avaliação que, plantadas no terreno da ‘alta’ cultura, lançam um olhar de condescendência para a não-cultura das massas”. Assim, neste estudo, entende-se que apenas quem está inserido no grupo pode entender completamente o que e como se passaram mudanças e permanências em suas realidades.

Nos Estudos Culturais, o conceito de identidade é intrinsecamente ligado à questão do pertencimento. Ela é uma relação social na medida em que o sujeito se sente inserido em determinado grupo a partir de semelhanças com o restante dos sujeitos. A identidade se forma no compartilhamento de interesses e na noção de pertencimento,



que está em constante mutação. São interesses e definições que permeiam este indivíduo que permitem visualizar traços de identidade.

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 1992, p.38)

O caráter identitário não infere número de pessoas para cada grupo, variando de acordo com sua representatividade. O conceito de identidade toma força com a modernidade¹ e as mudanças mais rápidas no conceito são proporcionadas pela globalização. Os Estudos culturais tentam entender estas mudanças como novas reconfigurações que alteram os modos de vida e o entendimento do próprio ser, do ‘eu’. Entende-se por esperadas as modificações que acontecem dentro de cada cultura. Não é possível afirmar e qualificar que existe/existiram épocas melhores ou piores em termos de manter determinados traços, mas, sim, que a identidade é algo em permanente construção. Considerando os indivíduos que virão à Universidade, tendo contato, assim, com vivências específicas do período universitário, o caráter mutável da identidade e influências de dentro para fora e fora para dentro, é possível pensar em identificar traços da identidade destes sujeitos.

Dentro de uma Universidade que apresenta uma maioria branca e onde os indígenas serão numericamente minoria, acredita-se que e a questão do pertencimento pode se apresentar de outros modos, como por exemplo, realização de eventos relacionados com a temática indígena, convivência entre os seus (outros acadêmicos indígenas), continuidade de tradições (rituais, práticas, língua), entre outros. Na UEPG, por exemplo, são realizadas semanalmente reuniões com os estudantes indígenas, juntamente com um membro da CUIA da instituição. A UEPG conta com dois Campus dentro da cidade de Ponta Grossa, o Campus Central e o Campus de Uvaranas. A reunião agrega somente os estudantes cujos cursos acontecem no Campus Central. No

¹ No livro **Identidade Cultural na Pós-Modernidade (1992)**, Stuart Hall apresenta três concepções de identidade. A primeira seria a do Sujeito do Iluminismo, que possuía uma concepção individualista do indivíduo e sua identidade. A segunda, o Sujeito Sociológico, que com a multiplicidade de seu meio percebe a influência do exterior a ele, o que cria uma concepção ‘interativa’ de identidade. E, por último, o Sujeito Pós-moderno, que é um indivíduo exposto a tamanha complexidade do Mundo e velocidade de interações que não possui mais identidade ‘fixa’, com esta estando em constante deslocamento.



Campus de Uvaranas isto ainda não acontece. Além do mais, de acordo com representantes da CIUEPG, quando há eventos que discutam a temática indígena, os estudantes se reúnem para assisti-los. Deste modo, são os interesses que permeiam este indivíduo que permitem visualizar traços de identidade.

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade não surge tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. (HALL, 1992, p.39)

Dentro da sociedade contemporânea, não é possível pensar no sujeito como enquadrado em apenas uma identidade, pois cada situação de seu cotidiano passa por uma adequação inconsciente ao novo grupo que haverá interação. Há um descentramento na questão identitária. No caso dos indígenas que optam por cursar uma graduação que implique em mudança para nova cidade, é possível pensarmos em uma liberdade de exercer sua própria identidade, que se alterará com as novas interações sociais.

Este indivíduo indígena carrega consigo vivências e histórias que o constituem e formam suas múltiplas identidades, que se fundem às perspectivas encontradas na nova realidade que se insere. Neste caso, considera-se uma prática cultural, incluindo rituais da vida cotidiana, instituições e práticas – a cultura vivida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um estudo que se proponha a desvelar o Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná sob o viés da cultura e identidade, com vistas a uma pesquisa interdisciplinar, precisa perpassar um caminho teórico que fundamente suas escolhas. Neste breve estudo apresentado, alguns caminhos a seguir foram apresentados, que deveriam/deverão ser aprofundados por quem se proponha a desenvolver tal trabalho de pesquisa. Também, conceituar bibliograficamente como se deu a implementação deste



processo seletivo e baseado em que intentos ajudará a entender o papel dos ingressos na Universidade através do programa.

É válido ressaltar que o caminho do estudo das identidades com o viés apresentado entende como centro do estudo o indígena e suas experiências, colocando-o como central para apreensão de traços identitários, sua cultura, mudanças e permanências. Tomar por base a cultura vivida enaltece as experiências dos indivíduos e valorizam a trajetória de vida e formação do sujeito. Em uma situação de inserção no Ensino Superior, pensa-se que esta nova reconfiguração permitiria avançar no estudo de identidades e cultura ao pensarmos em como a mudança de realidade e inserção social também é influenciadora da formação identitárias.

Pensando em identidade como algo em permanente construção, as novas realidades tendem a alterar o entendimento de cada um sobre si próprio, e logo, entende-se por naturais/esperadas modificações culturais, sem sobrepujar como superior e/ou inferior estas por suas alterações. E deste modo, a cultura é a realidade vivida, com suas práticas e rituais que tornam o indivíduo como é.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Fontes orais: história dentro da história*. In: BASSANEZI, Carla. **Fontes Históricas**. 2ª ed.; 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. P. 165.
- BRASIL, Congresso Nacional. *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação. 1988.
- IBGE, Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/10/2013.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *O que é, afinal, estudos culturais?* 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 133-166.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1992.
- HOFLING, Eloísa de Mattos. *Estado e Políticas (Públicas) Sociais*. Cadernos Cedes, ano XXI, p. 30-41, nº55, 2001.
- JHONSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *O que é, afinal, estudos culturais?* 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 07- 131.
- MENDES, Ana Paula; BARROS, Solange. História oral e transformação: reescrevendo a história a partir de narrativas. In: *Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2012.
- PARANÁ. Lei nº 14995 de 09/01/2006. Dá nova redação ao art. 1º, da Lei nº 13.134/2001 (reserva de vagas para indígenas nas Universidades Estaduais). Diário Oficial, nº 7140, 9 jan. 2006
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade étnica, identificação e manipulação*. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/912/1117> Acesso em: 10/10/2013.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.
- SANTILLI, Márcio. *Os brasileiros e os índios*. São Paulo, SP: Editora SENAC, 2000.